A ideia de propor uma revista jurídica para a Câmara dos Deputados surge de uma necessidade eminentemente prática. Parte da percepção de que faltam ainda no Brasil espaços dedicados ao debate de temas legislativos, numa perspectiva jurídica, especialmente no que se refere às matérias de interesse – interesse público, aliás – da Câmara dos Deputados.

Trata-se de uma visão *jurídica* sobre temas legislativos, não necessariamente *judicial*. Na prática forense e na literatura jurídica brasileira, não raro, uma perspectiva aparece reduzida à outra e ambas se confundem, como se não houvesse direito fora da produção dos tribunais. Dessa forma, institutos e instrumentos legislativos, quando não são relegados ao estudo apenas por outros saberes – notadamente a ciência política –, são objeto de análise dogmática apenas no tocante aos elementos que se prestam ao controle judicial, mas pouco estudados e compreendidos em sua dinâmica interna, do ponto de vista do próprio Poder Legislativo.

É muito conhecida a afirmação do ministro Victor Nunes Leal na qual comparava a elaboração legislativa à guarda de explosivos, tal a gravidade das consequências da imprevisão e da imperícia de quem redige atos normativos. O alerta consta em artigo publicado em 1945, intitulado “Problemas de técnica legislativa”, o qual, como o próprio nome indica, trata de como fazer boas leis, da boa técnica legislativa, isso que hoje, com algum esforço de simplificação, podemos chamar de “legística”.¹

Naquela altura, há oitenta anos, Nunes Leal conclamava, então, os “juristas brasileiros mais qualificados” para que procurassem “sistematizar os preceitos recomendáveis para a elaboração de leis utilizando a própria e a experiência alheia”. E apresentava diversas reflexões e recomendações sobre o fazer legislativo, especialmente no que se refere à participação do jurista, como técnico, nesse processo que é essencialmente político, no melhor sentido do termo, sujeito às circunstâncias e expectativas da sociedade.

É inevitável lembrarmos-nos desse estudo clássico por ocasião do lançamento do primeiro número desta revista. O periódico que hoje nasce tem também esse propósito de fomentar as discussões nacionais sobre Poder Legislativo, processo legislativo, legística, direito parlamentar e relação entre os três Poderes da República na ação legiferante, com o

1 LEAL, Vitor Nunes. Problema de técnica legislativa. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 429-447, 1945. DOI: 10.12660/rda.v2.1945.8211. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/8211>. Acesso em: 3 abr. 2025.

objetivo de contribuir para a análise dos grandes temas em discussão no Congresso Nacional por meio do incentivo à pesquisa científica e ao debate jurídico sobre essas matérias.

É uma missão que decerto não se esgota no estudo de ritos procedimentais nem no plano da técnica legislativa. Representa muito mais. Propor um novo periódico acadêmico é criar um espaço para reflexão e um convite para o diálogo, um desafio especialmente grande em tempos líquidos e tão complexos como esses que experimentamos.

Tribunas, câmeras e microfones da Câmara dos Deputados concorrem, na atualidade, com tantos outros dispositivos espalhados por múltiplas instâncias virtuais e redes sociais, aptas a transformar cada fragmento do debate legislativo em espetáculo digital “*viralizável*”. O eleitor, por sua vez, espera do Legislativo respostas em tempo real e explicações que caibam em poucas dezenas de caracteres e em alguns segundos de vídeo, soluções rápidas para questões profundas, históricas e multifacetadas. Assim, perdemos a capacidade de escutar o outro com a atenção e a empatia de quem se preocupa em compreender o diferente.

Nesse quadro institucional, parece ainda mais importante fomentarem-se espaços de discussão acadêmica para compreender e refletir sobre o papel atual do Poder Legislativo, inserido nesse horizonte de complexidade, na sociedade de informação, apressada, ansiosa, tecnicista e hiperconectada como essa em que vivemos.

Esta publicação representa essencialmente um amplo convite a esse debate plural, sério e franco – com a liberdade que um espaço acadêmico proporciona – sobre forma e mérito, sempre em busca da criação de consensos e da reflexão jurídica sobre o Brasil construído no Parlamento. Eis também o porquê do nome escolhido: *Plenário*, o locus principal de deliberação legislativa da Câmara dos Deputados, seu espaço mais nobre, onde se decidem o presente e o futuro do país.

A julgar pela qualidade dos textos da primeira edição, o propósito desta revista já está atendido. Espera-se agora que este periódico possa ter tantos outros números e volumes, com textos acadêmicos que congreguem esforços para construir um pensamento jurídico robusto voltado ao Poder Legislativo brasileiro.

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral da Câmara dos Deputados